

# Poder público emprega 1/4 dos trabalhadores

Estudo revela que há regiões em que o setor é maior gerador de renda

**Rio** - O poder público ainda é um importante empregador no país. Em 15 unidades federativas, dos 26 Estados e Distrito Federal, mais de um terço dos trabalhadores formais é servidor público, nas esferas federal, estadual, municipal ou em empresas estatais.

Levantamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com base no Relatório Anual de Informações Sociais (Rais) relativo a 2000, aponta que 25,3% dos 28 milhões de empregos formais em todo país estão na administração pública. São 7,2 milhões de pessoas, que recebem em média 6,5 salários mínimos.

## Rendimento

Quanto a rendimento, há grandes disparidades. As faixas vão dos servidores federais de São Paulo, que recebem 171 salários mínimos, aos municipais da Paraíba, com a menor média: 1,7 mínimo por mês.

"Se há médias baixas de remuneração, quer dizer que há funcionários públicos recebendo um salário mínimo. Para eles, o aumento do mínimo representa um impacto importante, que contribui para a distribuição de renda", avalia Sheila Najberg, economista de Assuntos Fiscais e do Emprego do BNDES.

O órgão fez uma série de estudos sobre o impacto do aumento do mínimo, de R\$ 180 para R\$ 200, a partir de abril. Um levantamento recente revelou que, apesar de importante para os trabalhadores, o aumento não terá



Edson Chagas

## Equilíbrio

Para os técnicos em administração pública, a grande questão está em encontrar o ponto de equilíbrio na demanda de servidores

grande impacto na folha de pagamento dos municípios. Isso indica, segundo o chefe de assuntos fiscais, José Roberto Afonso, que não deve haver demissões no funcionalismo a partir de abril. Em muitas cidades, lembra o economista, o emprego público é o principal meio da renda da população, gerando um desenvolvimento local mais duradouro.

"Especialmente nos Estados menores, o poder público, como importante empregador e gerador de renda, é fundamental para minimizar as desigual-

dades sociais. Onde o setor privado é atuante, o peso do funcionalismo público é menor. Nos Estados que têm índice de desenvolvimento mais baixo, o percentual de empregados na administração pública cresce", explica Sheila.

## Informais

O economista Márcio Pochmann, secretário de Trabalho da prefeitura de São Paulo e estudioso do mercado de trabalho no Brasil e no exterior, lembra que o peso do funcionalismo público diminui, se

for levado em conta todo o universo dos trabalhadores ocupados - o que inclui o mercado informal. Neste caso, a participação da administração pública cai de 25% para 10%.

O secretário destaca que nos locais pouco desenvolvidos, sem expansão do setor privado, o empregado público acaba sendo o principal ou único motor da economia. "Há cidades onde o dinheiro só circula duas vezes ao mês, no pagamento dos funcionários públicos e no pagamento da Previdência. Os servidores são quase a única fonte dinâmica, que move a economia local".

## SALÁRIOS

### União oferece melhor remuneração

Os governos estaduais empregam 39,7% do total de servidores do país, que recebem em média 6,9 salários mínimos. Já as prefeituras respondem por 31,8% dos funcionários públicos. As prefeituras pagam os piores salários: quatro mínimos. As estatais reúnem 16,5% dos empregados no setor público, pagando 6,2 salários mínimos, em média. A União é a empregadora do menor número de servidores, 12,7%, mas é a que paga remunerações mais altas: 12,7 salários mínimos.

## Oferta

Estão na região Norte - com exceção do Distrito Federal - os Estados com as mais altas proporções de funcionários públicos. No Sul e Sudeste, onde é maior a oferta de empregos na indústria e em comércio e serviços, o número cai consideravelmente. (AE)

## Em São Paulo, apenas 18,1% no setor

**São Paulo** – Apesar de reunir 24,4% de todos os trabalhadores do setor público do país, São Paulo, com 1,7 milhão de servidores das quatro esferas, é um dos Estados com o menor percentual de empregados na administração pública. Apenas 18,1% de todos os trabalhadores formais estão fora do setor privado.

O Estado concentra maior oferta de emprego privado não só por causa da indústria, mas também do comércio e serviço. De todo o mercado formal brasileiro, 34,1% dos empregados estão em São Paulo. Por outro lado, como recebe um grande número de trabalhadores, o Estado também tem elevada taxa de desemprego, que ficou em 5,8% em dezembro.

O Rio de Janeiro é o segundo Estado concentrador de trabalhadores formais, com 10,6% dos empregados. Entre os servidores, o Rio tem 9,9% do total do país, o mesmo percentual de Minas Gerais. Uma diferença entre os três Estados é que, enquanto São Paulo tem mais funcionários da rede estadual, Rio e Minas têm proporções parecidas de servidores estaduais e municipais.

"A grande dificuldade do administrador público é encontrar o equilíbrio", diz a subsecretária estadual de Administração do Rio de Janeiro, Vanice Lírio do Vale. (AE)

# No Estado do Acre, peso chega a 63,2%

**Rio** – Dos 55 mil empregados contabilizados pelo estudo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no mercado formal do Acre, segundo dados de 2000, 35 mil (ou 63,2%) estavam na administração pública. A explicação, em grande parte, está no baixo poder aquisitivo da população. Com renda baixa, os acreanos recorrem ao serviço público.

A grande maioria das escolas de segundo grau, por exemplo, é estadual. Conclusão: metade dos servidores do Estado está na Secretaria de Educação. "O número de empregados na máquina estatal é grande porque o Estado ainda presta serviços que a iniciativa privada não alcança, especialmente na educação e na saúde", comenta o secretário estadual de Administração, Evaristo de Luca.

### 30 mil

Pelos cálculos dele, o número de servidores estaduais chega a 30 mil, não 23 mil, como estima o BNDES. "Quinze mil estão na Educação. Na Saúde, são 5.200 funcionários e precisava até aumentar", ressalta o secretário, que luta para manter a folha de pagamento de todos os Poderes nos 58% da receita líquida, em respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal, que fixa esse limite em 60%.

Com 40,6% dos empregados formais lotados nas quatro esferas da rede pública, o secretário de administração do Rio Grande do Norte, Jaime Mariz, diz que o governador Garibaldi Alves Filho (PMDB) encontrou a máquina estadual inchada, mas "optou por não fazer demissão em massa para não gerar problemas sociais".

### Status

"Houve uma mudança muito grande no perfil do trabalhador público nos últimos 20 anos. Antes, ser servidor dava status. Casar com uma professora ou funcionário do Banco do Brasil era status. Aos poucos, a desvalorização do serviço público atingiu a economia e refletiu na parte social", lamenta o secretário-geral da União Nacional dos Servidores Públicos, o gaúcho Sérgio Augusto Jury Arnoud, que também preside a Federação dos Sindicatos de Servidores Públicos Estaduais.

Arnoud tem dúvidas sobre os valores médios dos salários do funcionalismo levantados no estudo do BNDES, mas não os contesta. "Mesmo que sejam esses, a média põe no mesmo saco desde juízes e procuradores, que ganham salários altíssimos, até aqueles que ganham o piso salarial", analisa o sindicalista. (AE)

## Baianos homenageiam Iemanjá

**Salvador** – O bairro do Rio Vermelho, na orla marítima da capital baiana, amanheceu ontem com uma grande movimentação de pessoas devido à Festa de Iemanjá. Tradicional entre os adeptos do Candomblé, a festa atrai milhares de baianos e turistas de todas as religiões – cerca de 180 mil.

Desde a década de 60 a Igreja, que promovia em conjunto missa em louvor a Senhora Santana, não participa mais da festa por causa da dura condenação ao sincretismo feita pelo vigário da paróquia do Rio Vermelho.

Os pescadores, criadores da festa, assistiam à missa pela manhã e à tarde levavam os balaios de presentes para depositar no mar, em homenagem a Iemanjá. Nos últimos 40 anos, no entanto, por causa da cisão, a igreja do bairro fica fechada e as comemorações se restringem apenas à divindade do Candomblé.

A festa do dia 2 de fevereiro surgiu dessa intimidada de que o brasileiro cultua em relação às divindades seja da Igreja Católica seja do Candomblé: num ano ruim, os pescadores decidiram cortejar a rainha das águas com presentes, o que acabou sendo seguido pelas outras pessoas que ao longo dos anos foram se agregando à festa. (AE)